

# As múltiplas escalas de ação não-estatal na governança do clima: do consenso global em torno da transição energética aos conflitos ambientais no Triângulo do Lítio

*The multiple scales of non-state action in  
climate governance: from the global consensus  
on energy transition to environmental conflicts  
in the Lithium Triangle*

*Las múltiples escalas de la acción no estatal en la  
gobernanza del clima: del consenso global sobre  
la transición energética a los conflictos ambientales  
en el Triángulo del Litio*

DOI: 10.21530/ci.v19n3.2024.1467

Terra Friedrich Budini<sup>1</sup>  
Flávia D'Angelo<sup>2</sup>  
Marcela Greggo<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo discute o crescente papel de atores não-estatais na governança global do clima, construindo um contraponto entre o aparente consenso sobre suas

- 1 Doutora em Ciência Política e mestre em Relações Internacionais, é professora do curso de Relações Internacionais e do Mestrado profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (tfbudini@pucsp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3181-9663>.
- 2 Mestre em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (flaviapereiradangelo@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9372-3539>.
- 3 Mestre em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora de projetos de Integridade, Transparência e Anticorrupção no Instituto Ethos. (marcelagreggo@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8582-9253>.

Artigo submetido em 31/05/2024 e aprovado em 13/03/2025.

Copyright: • This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.  
• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



contribuições globais e a proliferação de conflitos ambientais localmente. Abordagens institucionalistas liberais destacam o caráter policêntrico e transnacional dessa governança, mas não discutem as lacunas na representação de grupos locais afetados por soluções globais, como a transição energética. Por meio de revisão de literatura e discussão de conflitos relacionados à mineração de lítio na América do Sul, argumentamos que o consenso sobre a ação não-estatal é construído pela hegemonia dos interesses corporativos, invisibilizando conflitos e desigualdades locais.

**Palavras-chave:** Governança Global do Clima; Transição Energética; Atores Não-Estatais; Ecologia Política; Conflitos Ambientais.

## Abstract

The article discusses the growing role of non-state actors in global climate governance, contrasting the apparent consensus on their global contributions with the proliferation of local environmental conflicts. Liberal institutionalist approaches highlight the polycentric and transnational nature of this governance but do not address gaps in the representation of local groups affected by global solutions like the energy transition. Through a literature review and discussion of conflicts related to lithium mining in South America, we argue that the consensus on non-state action is shaped by corporate interests' hegemony, making local conflicts and inequalities invisible.

**Keywords:** Global Climate Governance; Energy Transition; Non-State Actors; Political Ecology; Environmental Conflicts.

## Resumen

El artículo examina el rol de actores no estatales en la gobernanza climática global, contrastando el aparente consenso sobre sus contribuciones globales con la proliferación de conflictos ambientales locales. Enfoques institucionalistas liberales destacan el carácter policéntrico y transnacional de esta gobernanza, pero no abordan brechas en la representación de grupos locales afectados por soluciones globales, como la transición energética. A través de una revisión de literatura y discusión de conflictos relacionados con la minería de litio en Sudamérica, argumentamos que el consenso sobre la acción no estatal se construye por la hegemonía de intereses corporativos, invisibilizando conflictos y desigualdades locales.

**Palabras clave:** Gobernanza Climática Global; Transición Energética; Actores no Estatales; Ecología Política; Conflictos Ambientales.

## Introdução

Diversos autores têm apontado o crescente papel de atores não-estatais na governança global do clima, com atuação na formulação de normas e padrões de reporte e mensuração, no monitoramento de *compliance* e na pressão por avanços em políticas de mitigação e adaptação climáticas (Hale e Roger 2013; Hale 2016; 2020; Bäckstrand et al. 2017; Kuyper, Linnér e Schroeder 2018). No plano global, os mais variados atores — organizações da sociedade civil, empresas, instituições financeiras, governos subnacionais, comunidades locais e povos indígenas — são agrupados sob o rótulo de não-estatais, cuja atuação na governança global é, em geral, abordada por um viés positivo pelas abordagens institucionalistas liberais. Em paralelo, no âmbito local, multiplicam-se conflitos ambientais associados a políticas apresentadas como soluções para a crise climática — como a transição energética —, na maioria das vezes com comunidades locais e povos indígenas em lado oposto a empresas e investidores transnacionais. Este artigo pretende problematizar, do ponto de vista analítico, o aparente consenso em torno do papel dos atores não-estatais na governança global do clima, a partir do contraponto oferecido por conflitos ambientais que se multiplicam ao redor do mundo, causados por impactos da transição energética.

Embora reconheça-se que a participação de atores não-estatais na agenda climática não seja recente, a literatura aponta que o aumento exponencial de engajamento desses atores teve como contexto as dificuldades nas negociações que cercaram a 15ª Conferência das Partes, realizada em Copenhague em 2009, frente aos impasses para negociar o futuro pós-Kyoto (Hale e Roger 2013; Bäckstrand et al. 2017). O próprio núcleo do regime climático acata o papel de atores não-estatais, como vemos, por exemplo, no preâmbulo do Acordo de Paris (UNFCCC 2015a). Em outro documento da COP, temos um chamado à atuação de “*non-party stakeholders*”, no qual atores tão assimétricos quanto instituições financeiras e povos indígenas são retratados no contexto de um consenso genérico em torno da urgência das mudanças climáticas (UNFCCC 2015b). Parte da literatura vai na mesma direção, ao esvaziar a governança global do clima de sua dimensão conflituosa, ao priorizar aspectos institucionais e desconsiderar as desigualdades e os diversos interesses em disputa entre atores não-estatais (Abbott 2018; Hale 2016).

Ampliar o foco analítico para as múltiplas escalas da ação climática, especialmente para onexo global/local, revela que o aparente consenso global sobre a “transição verde” esconde uma multiplicidade de conflitos e desigualdades na escala local (Temper et al. 2020; Hernandez e Newell 2022; Newell et al. 2023). Abordagens no campo da economia política e ecologia política têm analisado conflitos ambientais nas mais variadas frentes da ação climática: da produção de energias renováveis (Stock 2023; Avila 2018; Avila-Calero 2017; Del Bene, Scheidel e Temper 2018; Porto, Finamore e Ferreira 2013; Sovacool 2021) às políticas de adaptação (Sovacool e Linnér 2016; Clay 2023) ou ainda à geração de créditos de carbono florestal (Alusiola, Schilling e Klär 2021; Bayrak e Marafa 2016; Chomba et al. 2015).

Notamos, portanto, um descompasso entre a forma como a questão climática e, mais especificamente, a transição energética aparecem nos fóruns da governança global e as realidades locais nas quais se manifestam. Este artigo busca contribuir com a literatura sobre governança global do clima, especialmente sobre a participação de atores não-estatais, a partir de um olhar para as escalas global/local, particularmente para os conflitos ambientais na América Latina relacionados à mineração para a transição energética. Nosso argumento é que o aparente consenso construído em torno da transição energética está associado à captura do debate por parte do setor privado, cujo discurso invisibiliza a existência de conflitos no âmbito local. Propomos lançar luz sobre as dinâmicas de produção de consensos e conflitos no tema da transição energética, na escala global e local, como forma de refletir criticamente sobre os limites da literatura liberal institucionalista sobre governança do clima e a precariedade das aparentes soluções que vem sendo pactuadas para conter o aquecimento do planeta.

Entre tantos temas possíveis no debate da governança climática, optamos por focar na questão energética por dois motivos. Primeiro, porque há o predomínio de uma abordagem reducionista, que restringe as transformações socioecológicas necessárias — as quais deveriam envolver mudanças nos planos energético, produtivo, alimentar e urbano — exclusivamente à transição energética (Svampa e Bringel 2023, 306). Esse enfoque limitado reflete a influência de interesses corporativos que moldam a agenda climática global, priorizando soluções tecnológicas e de mercado em detrimento de mudanças

estruturais mais amplas. Segundo, justamente como evidência do argumento acima, porque os fluxos financeiros globais para financiamento climático estão direcionados majoritariamente para iniciativas de transição energética, conforme mencionaremos mais adiante (Climate Policy Initiative 2024).

Sendo assim, nosso recorte coloca o foco nos conflitos ambientais relacionados à extração de minerais estratégicos para a transição energética e, particularmente, na extração de lítio. O impacto da mineração tem sido uma das principais fontes de conflitos ambientais na América Latina e objeto de uma literatura crítica sobre o extrativismo na região (Aráoz 2020; Svampa e Bringel 2023). Metodologicamente, este artigo se apoia na revisão de literatura sobre governança global do clima — tanto em suas abordagens institucionalistas liberais, quanto nas críticas feitas a partir da economia política, da ecologia política e de abordagens críticas latino-americanas — e na análise de seis casos de conflitos relacionados à extração de lítio na Argentina, Chile e Bolívia. Para a seleção dos casos, utilizamos o Atlas de Justiça Ambiental, plataforma de mapeamento global de conflitos ambientais produzida por uma rede de pesquisadores coordenada pela Universidade Autônoma de Barcelona (Temper et al. 2018).

O restante deste artigo será organizado em três partes. Na primeira, faremos uma revisão e sistematização da literatura liberal institucionalista sobre a participação de atores não-estatais na governança global do clima, seguida de uma problematização do aparente consenso em torno da transição energética nos espaços globais de governança. Por fim, traremos um contraponto a partir da dimensão local, com a análise de casos de conflitos ambientais no chamado Triângulo do Lítio, na América do Sul.

## **A participação de atores não-estatais na governança global do clima**

Um traço distintivo da governança global do clima tem sido a proliferação da participação de atores não-estatais em inúmeras iniciativas de formulação e implementação de normas internacionais, como mecanismos de reporte e mensuração criados por atores privados e organizações não governamentais,

sem contar o papel de órgãos científicos como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Para além do núcleo intergovernamental — centrado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), no Acordo de Paris e na Conferência das Partes (COPs) — a governança global do clima inclui uma camada transnacional composta por iniciativas autônomas de atores não-estatais, especialmente do setor privado, de organizações não governamentais e de governos subnacionais, como detalharemos adiante (Okereke, Bulkeley e Schroeder 2009; Bierman 2010).

Embora a presença de atores não-estatais na agenda climática seja antiga — vide a ampla participação de organizações da sociedade civil já na Eco 92 (Clark, Friedman e Hochstetler 1998) ou a ênfase nas parcerias com atores não-estatais na Cúpula Mundial de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2002 (Biermann 2010) —, os autores são praticamente unânimes ao apontar o impasse nas negociações intergovernamentais e o fracasso da COP15 em Copenhague em 2009 como marcos de uma nova etapa de atuação não-estatal (Biermann 2010; Hale e Roger 2013; Bäckstrand et al. 2017; Kuyper, Linnér e Schroeder 2018). Há convergência de que esse novo momento trouxe uma mudança significativa nos papéis desempenhados por esses atores, seja na dimensão política (Biermann 2010) ou na mudança no modelo de governança para formas mais descentralizadas (Hale e Roger 2013).

A aproximação e o engajamento de atores não-estatais foram intensificados em 2014, nos esforços prévios ao Acordo de Paris, em 2015. Destacam-se particularmente três iniciativas nesse sentido: a Cúpula do Clima, convocada pelo então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, em setembro de 2014 em Nova York — que reuniu não apenas os chefes de Estado, mas também CEOs, prefeitos e outras lideranças sub e não-estatais —, a criação da Plataforma NAZCA (Non-state Actors Zone for Climate Action) para registro de iniciativas climáticas de atores sub e não-estatais e a Agenda de Ação Lima-Paris, ambas adotadas durante a COP20, em Lima, em dezembro do mesmo ano (Hsu et al. 2015; Hale 2016; Bäckstrand 2017). O próprio Acordo de Paris (UNFCCC 2015a) aponta em seu preâmbulo “a importância do engajamento de todos os níveis de governo e diferentes atores” no combate à mudança do clima. Na decisão CP.21 que acompanha o Acordo, aponta-se o papel dos atores não-estatais em

mobilizar por ações climáticas mais ambiciosas e aumentar suas próprias ações, encorajando o registro de tais iniciativas na então Plataforma NAZCA/Global Climate Action Portal (UNFCCC 2015b).

A atuação não-estatal tem se dado em, pelo menos, duas frentes: por um lado, iniciativas autônomas, protagonizadas por atores privados e ONGs, fora do sistema UNFCCC. O Science Based Targets Initiative (SBTi), por exemplo, é uma das principais plataformas por meio da qual o setor privado demonstra suas metas de redução de emissões, tendo em vista o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Há, também, padrões amplamente aceitos para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, prática cada vez mais comum entre empresas e demandada por seus acionistas, como o Global Reporting Initiative (GRI) e, mais recentemente, as normas IFRS S1 e S2. Além das iniciativas autônomas, destaca-se a participação não-estatal no sistema UNFCCC propriamente dito, com presença nas COPs e nas delegações nacionais.

Grande parte da literatura produzida sobre o tema nas relações internacionais vem das abordagens liberais institucionalistas, predominantes na teoria de regimes e produzida majoritariamente nas universidades do norte global. Essa literatura caracteriza a multiplicação de atores e iniciativas não estatais como uma camada de governança transnacional (Hale 2016; 2020; Abbott 2018), como uma forma de multilateralismo híbrido (Bäckstrand et al. 2017; Kuyper, Linnér e Schroeder 2018), de governança policêntrica (Oberthür 2016; Dorsch e Flachsland 2017; Abbott 2018), de orquestração (Hale e Roger 2013; Abbott 2018; Kuyper, Linnér e Schroeder 2018) ou ainda de um *regime complex* climático transnacional (Abbott 2012). Em comum, a maioria dessas contribuições, com exceções pontuais, prioriza a institucionalidade construída por diversos atores, com destaque justamente para essa multiplicidade e pouca análise sobre as disparidades de poder, desigualdades de acesso e representação entre atores tão assimétricos quanto instituições financeiras e comunidades locais. A revisão dessa literatura nos mostra que os principais pontos de análise dizem respeito a 1) quem são os atores não-estatais; 2) sobre as formas de interação com o regime intergovernamental; 3) questões relativas à legitimidade; e 4) à efetividade dessa participação, como veremos a seguir.

Sobre o primeiro ponto, chama a atenção justamente a falta de problematização sobre a natureza assimétrica dos diversos atores agrupados

sob o rótulo de não-estatais. No documento da COP21 que acompanha o Acordo de Paris, os atores não-estatais, denominados “non-party stakeholders”, incluem desde organizações da sociedade civil até grandes corporações e instituições financeiras, sem distinção de suas capacidades e interesses (UNFCCC, 2015b). Embora alguns autores reconheçam as desigualdades de acesso e poder entre os atores não-estatais (Bäckstrand et al. 2017; Kuyper, Linnér e Schroeder 2018), essas ressalvas não se refletem no argumento geral sobre a natureza da atuação não-estatal no âmbito da governança climática. Por exemplo, Kuyper, Linnér e Schroeder (2018) apontam barreiras significativas à participação de atores marginalizados nas COPs e nos processos de governança climática, o que dificulta a incorporação de suas perspectivas e a defesa de seus direitos. Além disso, destacam o predomínio de abordagens tecnocráticas e de mercado, que priorizam a modernização ecológica dentro de marcos econômicos estabelecidos e limitam o reconhecimento de saberes e práticas alternativas, como os conhecimentos tradicionais de povos indígenas. Contudo, essas ressalvas aparecem apenas de forma pontual e não se refletem no argumento central da literatura dominante, que mantém a definição genérica da UNFCCC.

Em segundo lugar, há termos diferentes e diversas formulações analíticas para explicar a interação entre a camada transnacional e a dimensão intergovernamental do regime. Em geral, todas apontam que Paris aprofundou e complicou as conexões entre o multilateralismo e a ação não-estatal (Kuyper, Linnér e Schroeder 2018). Por exemplo, o termo “governança transnacional” refere-se ao conjunto de iniciativas protagonizadas por atores não-estatais, geralmente em modelos autorregulatórios (como redes transnacionais de cidades ou mecanismos de reporte e mensuração), sendo um termo mais descritivo. Já autores como Bäckstrand et al. (2017) e Kuyper, Linnér e Schroeder (2018) propõem o conceito de “multilateralismo híbrido” para capturar dois aspectos da arquitetura institucional pós-Acordo de Paris: um eixo nacional/global, que expressaria a descentralização do regime construído a partir das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e, em paralelo, um eixo multilateral/transnacional relativo à interação com os atores não-estatais. Além disso, o conceito de “policentrismo” também é bastante presente nessa literatura, descrevendo uma governança com múltiplos centros de autoridade. Nesse sentido, a dimensão intergovernamental seria um desses



centros, horizontalmente acompanhada de outros não-estatais (Dorsch e Flachsland 2017). Algumas análises sobre o caráter policêntrico da governança trazem também o conceito de “orquestração”, que seria um modo indireto de governança, não hierárquico, com incentivos suaves no lugar de controles obrigatórios (Abbott 2018; Oberthur 2016). O conceito de orquestração tem bastante aderência à abordagem policêntrica porque pressupõe um tipo de coordenação sem hierarquia, ou uma espécie de metagovernança, nas palavras de Abbott (2018).

Como terceiro ponto, o tema da legitimidade se coloca sob dois aspectos principais: a eventual contribuição de atores não-estatais para a legitimidade das negociações e compromissos intergovernamentais e a legitimidade do conjunto da governança do clima nesse formato híbrido, ou seja, a legitimidade das iniciativas autônomas de atores não-estatais. Seguindo um viés mais normativo que empírico, a literatura institucionalista liberal tende a ver um papel positivo na participação desses atores (Hale 2020), especialmente no primeiro caso, reforçando uma visão normativa de uma suposta sociedade civil transnacional. Contudo, cabe apontar algumas problematizações, mesmo dentro de uma abordagem que no geral tende a ser positiva. Hale questiona pontualmente a representatividade dos atores não-estatais participantes, considerando que não há garantia de que sejam representativos de um suposto “público global” (2020, 213). Kuyper, Linnér e Schroeder problematizam um aspecto central nesse artigo, ao afirmarem que a legitimidade da participação de atores não-estatais precisa de esforços para garantir a representatividade dos grupos afetados localmente pelas medidas de mitigação e adaptação (2018, 10).

Por fim, como quarto e último ponto, relativo ao tema da efetividade, aponta-se que a dificuldade para monitorar o cumprimento dos compromissos climáticos assumidos pelos atores não-estatais é ainda maior que a dos Estados. No momento desta pesquisa, o Portal de Ação Climática Global (UNFCCC, 2024) registra o compromisso de 39.404 atores, nos mais diversos setores. Hale et al. (2021) investigaram 42 estudos que mapearam e mediram o progresso e o impacto da ação climática sub e não-estatal. Dentre os resultados, destaca-se que 61% dos estudos consideram como progresso apenas o impacto previsto (considerando como impacto a meta anunciada de redução de GEE e não seu cumprimento), apenas 9% consideram o progresso efetivamente já alcançado

e 31% consideram uma combinação de ambos. A maioria também considera o anúncio de uma meta mais rígida como um indicador de progresso, sendo notável a falta de metodologia, de informação e de sistematização para avaliar o nível de implementação e o real impacto dos compromissos climáticos assumidos por atores não-estatais (Hale et al. 2021).

Um balanço da revisão de literatura feita até aqui, especialmente sobre as abordagens liberais institucionalistas da governança global do clima, mostra que a atuação não-estatal na agenda climática é extremamente variada (empresas, ONGs, comunidades locais, povos indígenas). Contudo, sua caracterização como um bloco indistinto e homogêneo predomina em documentos oficiais da UNFCCC (2015a; 2015b) e na literatura acadêmica. Ainda que alguns autores problematizem as desigualdades de acesso entre organizações do Norte e do Sul Global, bem como as disparidades de poder entre atores privados e movimentos sociais (Backstrand et al. 2017, Kuyper, Linnér e Schroeder 2018; Hale 2020), as proposições sobre as formas de interação entre a camada transnacional e o núcleo intergovernamental do regime privilegiam analiticamente os elementos institucionais de cooperação e consenso em torno da urgência da crise climática. De um ponto de vista analítico, o tom de convergência domina as formulações sobre multilateralismo híbrido, governança policêntrica ou orquestração. De um ponto de vista político, como discutiremos adiante, o tom de consenso deriva da valorização da ação não-estatal, tendo como premissa a ideia de que os Estados não são capazes de arcar sozinhos com os desafios impostos pelo aquecimento global e prova disso seria o impasse que cercou a COP15 em 2009. A seguir, discutiremos que a participação de atores tão díspares é valorizada em bloco porque o aparente consenso em torno da ação não-estatal na governança do clima se constrói a partir da hegemonia dos discursos e interesses dos atores corporativos. Para aprofundar esse argumento, no restante deste artigo direcionamos nosso olhar para o consenso em torno da transição energética no plano global e para os conflitos ambientais, a insustentabilidade e a falta de participação de povos indígenas e comunidades locais nas zonas extrativistas.

## Transição energética global e a captura corporativa da agenda climática

Embora a governança do clima não se limite à transição energética, optamos por focalizar a discussão sobre atores não estatais nessa dimensão, pois ela exemplifica as assimetrias e desigualdades existentes nesse campo. Investidores, empresas do setor de energias renováveis e de extração de minérios críticos para a transição têm desempenhado um papel central na formulação do debate global, enquanto comunidades diretamente afetadas por esses projetos enfrentam enormes barreiras para fazer ouvir suas demandas nos espaços de governança global.

De acordo com o relatório da Climate Policy Initiative, *Global Landscape of Climate Finance 2024: Insights for COP29*, os fluxos globais de financiamento climático atingiram US\$ 1,46 trilhão em 2022, com aproximadamente metade desse montante oriundo do setor privado. Do total, 88,77% (US\$1,3 trilhão) foram destinados a projetos de mitigação, 5,21% a iniciativas de adaptação e 4,38% a projetos com benefícios duplos. No âmbito da mitigação, 43,6% dos recursos foram alocados para sistemas energéticos e 30,8% para o setor de transportes. Especificamente, dentro da categoria de energia, 97,2% dos recursos foram voltados à geração de energia, enquanto no setor de transportes, 71,9% foram direcionados ao transporte rodoviário privado, predominantemente veículos elétricos (Climate Policy Initiative 2024). Esses números evidenciam a centralidade do setor de energia e transportes no financiamento climático internacional, impulsionada pela forte presença do capital privado, que tende a priorizar projetos de mitigação com perspectivas de retorno financeiro, especialmente aqueles relacionados à transição energética.

Acordos e documentos internacionais têm mencionado a transição energética usando termos como “transição justa”, mas o predomínio de interesses corporativos tem esvaziado os sentidos críticos do conceito. O termo *just transition* apareceu pela primeira vez em sindicatos americanos que discutiam a necessidade de se fazer uma transição dos trabalhadores que atuavam com fontes poluidoras para os “empregos verdes” (McCauley e Heffron 2018). Ao longo dos últimos anos, tal conceito passou a aparecer nas conferências internacionais de meio ambiente de modo mais amplo, visando

apontar a necessidade de transição das matrizes energéticas de forma justa e igualitária. Contudo, Bainton et al. (2021) apontam uma lacuna entre o discurso dos atores responsáveis pela atual crise climática e a realidade mundial dessa crise. Os autores alertam que a multiplicidade de significados atribuídos ao termo “transição justa” pode torná-lo controverso e esvaziado de sentido, especialmente porque tem sido apropriado por empresas extrativistas que o associam a noções como “mineração sustentável” e “mineração verde”.

A transição energética tem sido frequentemente apresentada como uma solução técnica e apolítica para a crise climática, ignorando os impactos socioambientais em milhares de comunidades locais afetadas por projetos de geração de energia renovável e extração de minerais críticos para a transição. A ênfase na tecnologia e na inovação, sem uma discussão adequada sobre a distribuição desigual dos recursos e do poder no sistema internacional, esconde os conflitos, as desigualdades e as injustiças existentes (Newell et al. 2023; Hernandez e Newell 2022). Além disso, relatórios produzidos por organizações internacionais, como o Banco Mundial (Hund et al. 2020) e a Agência Internacional de Energia (IEA 2022), têm promovido a transição energética como uma oportunidade de negócios e investimentos, o que pode levar a uma exploração ainda maior dos recursos naturais dos países do Sul Global. Por exemplo, o documento *The Role of Critical Minerals in Clean Energy*, além de analisar os minerais críticos para a transição energética, também aponta que “o crescimento da oferta mineral não apenas desempenha um papel vital em permitir transições de energia limpa, mas também é uma grande promessa de tirar algumas das pessoas mais pobres do mundo da pobreza” (IEA 2022, 192, tradução nossa).

Percebe-se, portanto, que apesar da crescente adoção do termo “transição justa”, a abordagem predominante em relatórios internacionais e discursos realizados em cúpulas internacionais sobre o clima tem negligenciado os impactos sociais e ambientais gerados pelas novas fontes renováveis de energia, bem como a exploração dos recursos minerais necessários para viabilizar essa transição, conforme discutiremos na próxima seção. Termos utilizados por diversos autores, como a “privatização da governança global ambiental” (Clapp 1998); a “captura do controle regulatório tradicional do meio ambiente” (Espach 2009); e a “captura empresarial do desenvolvimento sustentável” (Sklair 2019)

demonstram a maneira como o tema foi estrategicamente tomado pelo setor privado. A ênfase na suposta neutralidade técnica da transição energética restringe a participação de atores não estatais à esfera de especialistas e ao setor privado, excluindo a participação de movimentos sociais, comunidades locais e povos indígenas.

Estaríamos, assim, frente a um emergente bloco histórico do desenvolvimento sustentável (Newell 2008; Sklair 2019), cuja função é distanciar o capitalismo global dos problemas ambientais, acomodar uma crítica suave ao consumismo sem permitir a “conexão fatal” entre o capitalismo e a crise ecológica (Newell 2008, 516). Acosta (2016) aprofunda tal debate ao destacar que “o capitalismo colonizou o clima: a atmosfera é transformada cada vez mais em uma nova mercadoria, projetada, regulada e administrada pelos mesmos atores que provocaram a crise climática” (Acosta 2016, 208).

É justamente a captura empresarial da agenda do clima que permite que o debate da necessária transição energética seja esvaziado. As soluções propostas pelo mercado à crise climática fomentam um discurso otimista de “transição verde” e “oportunidade para os negócios” e são apresentadas como apolíticas, embora carreguem em sua essência a manutenção de todas as estruturas de dominação do capital. Segundo Newell (2008):

A crescente popularidade dos instrumentos de regulação ambiental baseados no mercado, na forma de tributação ambiental, rotulagem, autorregulação voluntária e negociação de licenças é um indicativo dessa reorganização de poder e autoridade. Ameaças aos imperativos de acumulação significam que as medidas ambientais devem estar em sintonia com os incentivos e possibilidades de crescimento das empresas capitalistas (Newell 2008, 518, tradução nossa).

As respostas do mercado à mudança climática, ainda que sejam amplamente aceitas no âmbito global, revelam uma valoração econômica do meio ambiente, que está estritamente ligada “aos pretendidos benefícios econômicos resultantes da utilização de recursos naturais e, especialmente, à percepção de tal uso como condição necessária para assegurar o crescimento econômico” (Gudynas 2015, 25).

Sendo assim, é válido demonstrar que o consenso global em torno da questão ambiental e climática é, na verdade, uma continuidade das lógicas extrativistas e de produção inerentes ao desenvolvimento. Svampa e Bringel (2023) propõem o termo “consenso da descarbonização” — em diálogo com o conceito “consenso das *commodities*”, também cunhado por Svampa — para referir-se a esse fenômeno que, segundo os autores, diz respeito a um “novo acordo capitalista global que aposta na mudança da matriz energética baseada nos combustíveis fósseis para outra matriz, sem (ou com reduzidas) emissões, fundada nas energias ‘renováveis’” (Svampa e Bringel 2023, 53, tradução nossa). Esse acordo global permite a criação de novas zonas de sacrifício no Sul Global para possibilitar a transição energética nos países do Norte, sem que esse último precise alterar seus padrões de consumo e crescimento ou sua relação predatória com a natureza (Svampa e Bringel 2023).

O consenso global também é traduzido de forma discursiva e midiática, tendo como base uma versão hegemônica sobre a transição energética. Outras versões sobre o combate à crise ecológica, especialmente aquelas que evidenciam sua conexão com o sistema capitalista, sequer são consideradas como possibilidades. Praticamente todo debate amplamente aceito sobre a transição energética, inclusive entre importantes ONGs das áreas ambiental e climática, presume a utilização dos chamados minerais de transição, sem sequer questionar de onde e em quais condições serão extraídos tais minerais. Dessa forma, o “consenso da descarbonização” instala a ideia de que, diante das mudanças climáticas, não há outra transição possível, e que a única existente e realista é a transição corporativa” (Svampa e Bringel 2023, 61, tradução nossa). Verifica-se esse mesmo processo de supressão de alternativas quando o assunto é a própria mineração na América Latina, como destaca Aráoz: “as explorações estão fora de discussão (...) os projetos são realizados, ‘sim ou sim’; no máximo, pode-se negociar uma política de mitigação e compensação, mas de maneira alguma cancelar ou colocar em questão a exploração em si” (Aráoz 2020, 192).

Em complemento à seção anterior, destacamos que o aparente consenso global em torno da agenda climática coopta cada vez mais atores (estatais, privados, midiáticos e sociedade civil) para sua sustentação. Newell (2008) propõe o termo “fetichização da parceria”, que reflete o “desejo por uma forma

de política baseada em consenso entre as partes interessadas, que nega a existência de conflitos sociais subjacentes” (Newell 2008, 523, tradução nossa).

Ao tratar os atores não estatais como um grupo homogêneo, a literatura liberal institucionalista discutida na seção anterior oculta as desigualdades e conflitos que permeiam essa atuação. Esse enquadramento oculta os conflitos e o predomínio dos interesses corporativos na governança climática e, em particular, na agenda da transição energética, onde grandes empresas moldam as soluções para a crise climática enquanto comunidades locais e povos indígenas são sistematicamente excluídos. Conforme aprofundaremos a seguir, todas as dimensões da ação climática revelam disputas socioambientais profundas e assimétricas. A invisibilização desses conflitos sustenta a narrativa de um consenso global sobre o clima, ao mesmo tempo em que perpetua exclusões e reforça relações de poder desiguais na definição das estratégias de enfrentamento da crise climática.

## **Comunidades locais e conflitos ambientais no Triângulo do Lítio**

Propomos a leitura dos conflitos ambientais na escala local como uma ferramenta analítica para problematizar o aparente consenso em torno da mitigação climática centrada na transição energética, que deixa intocados os modelos de produção, circulação e consumo que sustentam a economia global. A análise multiescalar também permite problematizar a homogeneização dos atores não-estatais na escala global da governança, tendo em vista que, nas inúmeras zonas de sacrifício da mineração ao redor do mundo, e particularmente na América Latina, comunidades locais e povos indígenas se veem em lado oposto a empresas e investidores nos conflitos ambientais que se proliferam na corrida por minerais estratégicos para a transição.

Os conflitos ambientais podem ocorrer em diferentes etapas da cadeia produtiva, desde a extração de recursos naturais ou geração de energia, passando pela produção e transporte, até o descarte de resíduos (Temper et al. 2018; Temper et al. 2015). São conflitos oriundos do impacto desigual dos modelos de desenvolvimento historicamente situados no contexto capitalista,

motivo pelo qual estão situados no campo da ecologia política e apontam a necessidade de politização das relações entre natureza e sociedade (Souza 2019).

A análise desses conflitos através da ecologia política enfatiza a importância de considerar a interação entre as dimensões social, política e ecológica dos problemas ambientais e destaca o papel das relações de poder na criação e manutenção das injustiças ambientais (Candiotto 2021). Nessa chave, os conflitos são vistos pela ecologia política não como “resultantes das condições ambientais”, mas como campo de investigação da “politização do ambiente via conflito, ou em outras palavras, como estas condições ambientais se tornaram politizadas (Billon 2015, 598 *apud* Iamamoto, Lamas e Empinotti 2020, 18). Dessa forma, analisar as demandas das comunidades locais envolvidas nesses conflitos, especialmente em sua dimensão de resistência e luta políticas, nos permitirá demonstrar as assimetrias e as insustentabilidades da forma como a questão climática aparece nos fóruns globais frente à realidade local.

Ao sistematizar 649 conflitos ambientais ao redor do mundo, Temper et al. (2020) apontam um padrão relativamente estável de ocorrência tanto de conflitos relacionados aos combustíveis fósseis quanto daqueles relacionados às energias renováveis:

Nossas descobertas ilustram como tanto os combustíveis fósseis quanto os projetos de energia de baixo carbono provocam uma ampla gama de impactos locais (violação de direitos humanos, perturbações sociais e ambientais), levando a intensos conflitos sociais e contestação comunitária. Tanto os projetos de combustíveis fósseis quanto os de energia de baixo carbono impactam desproporcionalmente grupos vulneráveis, como comunidades rurais e povos indígenas. A repressão e a violência contra os manifestantes são altas em quase todas as atividades que analisamos, especialmente naquelas que envolvem hidrelétricas, biomassa, oleodutos e extração de carvão, com 10% de todos os casos analisados envolvendo assassinato de ativistas (Temper et al. 2020, 2, tradução nossa).

Para os pesquisadores, os resultados mostram que a descarbonização não é ambientalmente inofensiva ou socialmente inclusiva *a priori*. Como mencionado na introdução, os impactos e conflitos ambientais se manifestam em diversas frentes da ação climática, dentre as quais: na produção de energia renovável (Stock 2023; Avila 2018; Avila-Calero 2017; Del Bene, Scheidel e Temper 2018;



Porto, Finamore e Ferreira 2013; Sovacool 2021); na redução de emissões em agricultura e agropecuária (Borras Jr. et al. 2021; Galvin e Garzon 2023); em projetos de adaptação (Sovacool e Linnér 2016; Clay 2023); e em políticas de compensação e geração de créditos de carbono florestal em projetos REDD+ (Alusiola, Schilling e Klär 2021; Bayrak e Marafa 2016; Chomba et al. 2015).

Neste artigo, trabalharemos com conflitos relacionados à mineração para a transição energética, particularmente no chamado Triângulo do Lítio, na região situada entre Chile, Bolívia e Argentina. Analisar os casos de conflitos advindos da exploração de lítio na América Latina permite uma leitura mais profunda sobre como operam as dimensões global e local, em suas respectivas escalas, destacando a natureza relacional dos conflitos e enfatizando a importância de compreender as relações entre natureza, sociedade e poder, propondo uma análise crítica da forma como as estruturas socioeconômicas, políticas e culturais afetam a natureza e, conseqüentemente, as condições de vida das pessoas (Temper et al. 2015).

Globalmente, o lítio pode reduzir o uso de combustíveis fósseis, tornando as baterias para carros e armazenamento de energia renovável mais acessíveis. Um estudo do Institute for Sustainable Futures prevê que, caso consigamos fazer a transição energética até o ano de 2050, “a demanda por lítio chegaria a 280% das reservas globais (volume da extração de um mineral que é economicamente viável) e 85% dos recursos globais (volume de extração desse mineral que é tecnicamente possível)” (Aronoff et al. 2020, 185-186). Atualmente, o lítio é extraído de salmouras ou de rochas sólidas, sendo as primeiras mais abundantes (Vera et al. 2023). Segundo estimativas, de 50 a 85% das salmouras ricas em lítio estão nos salares de Chile, Bolívia e Argentina (Idem). A região passou a ser conhecida como Triângulo do Lítio, uma nova fronteira extrativista, cuja “narrativa obscurece tudo, menos o lítio” (Hernandez e Newell 2022).

Segundo Vera et al. (2023), do ponto de vista ambiental, o maior impacto da extração de lítio está relacionado à escassez hídrica, tendo em vista que o processo não só retira a água salgada dos aquíferos específicos, mas também utiliza grandes quantidades de água doce em diversas etapas do processo de extração do minério após a concentração dos sais por evaporação. A falta de dados hidrológicos mais completos dificulta uma afirmação científica mais incisiva sobre os impactos ambientais nos salares, mas já se registram reduções

no nível das lagoas salinas do Atacama, por exemplo, e impactos sobre a fauna e flora locais (Vera et al. 2023). Os autores registram com surpresa que a análise “da mineração de lítio das salmouras quantificou o consumo de energia e a emissão de carbono, mas desconsiderou os impactos no ciclo hídrico ou nos usos específicos da terra” (2023, 152). Tendo em vista que a tecnologia atual de extração de lítio depende da evaporação das salmouras por exposição ao sol, o processo é apresentado pelas mineradoras como sustentável e de baixo carbono (Jerez, Garcés e Torres 2021).

Destacam-se também impactos sociais e culturais sobre as comunidades locais. Jerez, Garcés e Torres (2021) apontam que comunidades rurais e indígenas no Chile, historicamente com pouca presença do Estado em suas regiões, estão recebendo recursos diretamente das empresas de extração de lítio, o que tem gerado fraturas e tensões internas. Além disso, a extração de volumes maiores que as cotas pré-determinadas tem sido “compensada” através de recursos financeiros diretos à comunidade.

Para aprofundar a dimensão política dos conflitos ambientais causados pela extração de lítio, discutiremos seis casos mapeados pelo Atlas de Justiça Ambiental, sistematizados no quadro abaixo, buscando evidenciar as lacunas de participação e representação de comunidades locais e povos indígenas (Ejatlis 2022, 2023, 2024a, 2024b, 2024c, 2024d).

**Quadro 01: Conflitos ambientais no Triângulo do Lítio**

Nome do conflito	País	Empresas
Serra de Ancasti	Argentina	Latin Resources (Austrália); Lake Resources (Austrália); Recursos Latinos S.A (Argentina)
Salar do Uyuni	Bolívia	Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL); CITIC Group (China); Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB)
Bacia de Salinas Grandes e Laguna de Guayatayoc	Argentina	Orocobre (Austrália); Dajin Resources (Canada); JEMSE (Argentina)
Três Quebradas	Argentina	Zijin Mining (China); Liex S.A (Argentina)
Salar del Hombre Muerto	Argentina	Livent (EUA); Alpha Lithium (Canadá); Minería Santa Rita (Argentina); Allken (Austrália); Lithium South (Canadá)
Salar do Atacama	Chile	Rockwood Lithium Limitada (EUA); Albermarle Corporation (EUA) SQM (Chile) Wealth Minerals (Canadá)

Fonte: elaboração própria a partir de dados do EJAAtlas (2022; 2023; 2024a; 2024b; 2024c, 2024d).

Nos últimos doze anos, os conflitos relacionados à exploração de lítio na Argentina têm se destacado pela denúncia de violações de direitos e pela ausência de processos adequados de consulta às comunidades locais. Essas denúncias têm sido articuladas através da formação de alianças entre comunidades afetadas, protestos de grande repercussão e ações judiciais legais para proteção de seu território e salvaguarda de seus direitos, esforços muitas vezes frustrados por recentes concessões de licenças pelos governos provinciais. Segundo dados do EJAAtlas, licenças ambientais referentes a projetos de mineração de lítio na Serra de Ancasti, no Salar del Hombre Muerto e Três Quebradas (2023; 2024a; 2024b), todos situados na Argentina, foram emitidas sem que houvesse a realização de audiências públicas com a população local. Na vizinha Bolívia, o Salar de Uyuni, conhecido por suas vastas reservas de lítio, despertou interesse nacional, resultando em questionáveis consultas

públicas que não asseguraram o necessário consentimento das comunidades indígenas (Ejatlas 2022). De igual forma, no Chile a exploração de lítio no Salar do Atacama foi expandida sem a devida consulta livre, prévia e informada exigida pela Convenção 169 da OIT (Ejatlas, 2024d)

Apesar de a transição energética ser um consenso em fóruns internacionais, a realidade local apresenta uma perspectiva diferente. Em Taipas, Argentina, a população afirma que “a água vale mais que o lítio”. Na Bacia de Salinas Grandes e na Laguna de Guayatayoc, os moradores declaram: “nós não comemos bateria... se levam a água, levam a vida” (Ejatlas 2024b). Em Três Quebradas, a resistência é clara: “pela vida, a água e nosso território: não à mineração” (Ejatlas 2024c). No Chile, a população denuncia que a exploração de lítio causa a “morte no Salar do Atacama”, afetando lagoas que abastecem a fauna local, especialmente os flamingos, e fornecem água para as comunidades indígenas da região (Ejatlas, 2024d).

Grupos locais se unem de forma espontânea e autônoma ou com auxílio de outros movimentos mais estruturados, como a Federação Regional Única dos Trabalhadores Camponeses do Altiplano Meridional (FRUTCAS), no caso do conflito localizado no Salar do Uyuni, na Bolívia, para fazer frente aos desafios ambientais e reivindicar direitos, representando uma expressão da vontade coletiva em prol da proteção do meio ambiente e do bem-estar das comunidades afetadas (Ejatlas 2022). Na Argentina, as comunidades organizam-se para lutar contra a mercantilização dos territórios através da formação de assembleias e grupos contra a mineração, como é o caso da Asamblea de Ancasti por la Vida (Ejatlas 2023); Encuentro Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc; da Mesa de Comunidades Indígenas de la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc (Ejatlas 2024c); e assembleias locais contra a mineração de lítio em Três Quebradas (2024b). No Chile, dezoito comunidades indígenas afetadas pela atividade extrativista se reuniram através do Conselho dos Povos Atacameños onde também existem duas organizações ambientais locais, o “Agrupamento de Defesa do Salar de Atacama” e “Ayllus pela água”, que reivindicam responsabilizações pelos impactos ambientais gerados pelo uso extensivo de água na exploração de lítio no Salar do Atacama (Ejatlas, 2024d). Analisando essas assembleias e organizações, é possível perceber que os conflitos locais não se limitam apenas a reações defensivas contra a exploração predatória

de recursos naturais, mas também representam um movimento construtivo local que busca transformar a forma como a sociedade enxerga tais questões e como se organiza politicamente para enfrentá-las. Assim, as resistências contra a degradação desses bens comuns destacam um fenômeno de luta local relacionado a forças e pressões globais.

Esses conflitos demonstram que, antes mesmo da fase de exploração de um projeto, há a formação de “[uma] situação estrutural de conflitividade que se instala na base social das comunidades” (Aráoz 2020, 234), como foi identificado no conflito localizado no Salar de Uyuni, na Bolívia. Nesse sentido,

quaisquer que sejam as situações e as condições de vida preexistentes, a instalação de um projeto minerador implica um transtorno geral da sociedade local. Verifica-se uma alteração sistêmica e crônica das sociabilidades e das redes de vínculo local; desencadeiam-se processos conflituosos que refletem a magnitude das demandas ecológicas (terra, água, energia), mas também culturais e políticas que as novas explorações demandam. É que tais projetos requerem uma reconfiguração total da cultura local: uma “reconversão” no léxico empresarial – de seus moldes de organização econômica e política, de suas formas de conceber o mundo e de projetar a vida (Aráoz 2020, 234).

Como observado pelo autor, “não há projeto mineiro na região que não seja motivo de conflito – geralmente entre as comunidades locais e, de outro lado, governos, atores políticos e empresas” (Aráoz 2020, 233). Ou seja, o consenso global sobre a agenda climática enfrenta contradições em nível local, onde os conflitos se concretizam.

## Conclusão

Conforme discutido ao longo do artigo, o agrupamento de atores tão diversos em um mesmo bloco de “atores não-estatais” pressupõe que grupos distintos estariam diante de certa igualdade no acesso ao poder e aos meios de negociação na governança global do clima. No entanto, frente aos impactos da transição energética e aos conflitos ambientais relacionados à extração dos minerais estratégicos, o que se observa localmente é que as comunidades estão em lado oposto às mineradoras transnacionais – em uma “interação

frequentemente caracterizada pelo acesso muito desigual a poder e recursos” (Hamman 2014, 35, tradução nossa).

Academicamente, buscamos contribuir com o debate sobre a governança global do clima ao analisar quais atores encontram espaço de participação e quais agendas se veem representadas, tanto nos espaços internacionais de governança quanto nos conflitos locais nos quais a transição energética se traduz em impactos ambientais e sociais da mineração de recursos estratégicos. Como vimos, os projetos de descarbonização não são ambientalmente inofensivos ou socialmente inclusivos *a priori* (Temper et al. 2020). Enquanto a literatura liberal institucionalista enfatiza a ação não-estatal na camada transnacional de governança, o policentrismo e os mecanismos de orquestração para a limitação do aquecimento global, a análise da escala local da transição energética nos casos apresentados mostra que comunidades locais e povos indígenas se veem excluídos dos processos políticos que compõem os novos “*assemblages* de extrativismo” (Hernandez e Newell 2022).

Nesse sentido, verifica-se um processo de captura corporativa da agenda climática, o qual permite que o debate seja esvaziado de seu significado social e político. Além de reduzir todo o colapso ecológico apenas a seu aspecto climático e energético, esse fenômeno produz, globalmente, o consenso discursivo e prático de que a transição energética, tomada por uma abordagem tecnicista e neoliberal e em seus atuais moldes, seria a única saída para combater as mudanças do clima.

Ao contrário do cenário global, onde o discurso da transição energética é comumente visto como apolítico, no âmbito local o conflito se manifesta através de imperativos de sobrevivência e de defesa de bens comuns, como na luta pela água e por um território livre de contaminação. Argumentamos, portanto, que o consenso esconde o conflito: não estamos diante de um contraponto entre as dimensões local (conflituosa e política) e global (consensual e supostamente apolítica), mas, sim, de um *continuum* de produção e captura da agenda. O consenso global e o conflito local são mutuamente constitutivos e buscam desvincular a crise climática do atual modelo de produção e consumo. A invisibilidade dessas relações intrínsecas garante — em nome da “transição verde” — a permanência de dinâmicas neoliberais e extrativistas sobre os territórios, principalmente no Sul Global.

## Referências

- Abbott, Kenneth. 2012. The Transnational Regime Complex for Climate Change. *Environment and Planning C: Government and Policy* 30: 571–590.
- Abbott, Kenneth. 2018. *Orchestration: Strategic Ordering in Polycentric Climate Governance*. In: Jordan A, Huitema D, van Asselt H, Forster J, eds. *Governing Climate Change: Polycentricity in Action?* Cambridge University Press.
- Acosta, Alberto. 2016. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Ed. Elefante.
- Alusiola, Rowan, Janpeter Schilling e Paul Klär. 2021. REDD+ Conflict: Understanding the Pathways between Forest Projects and Social Conflict. *Forests* 12, no. 6. 748.
- Aráoz, Horacio Machado. 2020. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América Latina como origem da modernidade*. Ed. Elefante.
- Aronoff, Kate; Alyssa Battistoni; Daniel Cohen e Thea Riofrancos. 2020. *Um planeta a conquistar: a urgência de um Green New Deal*. Ed. Autonomia Literária.
- Avila, Sofia. 2018. Environmental justice and the expanding geography of wind power conflicts. *Sustain Sci* no 13. 599–616.
- Avila-Calero, Sofia. 2017. Contesting energy transitions: wind power and conflicts in the Isthmus of Tehuantepec. *Journal of Political Ecology* 24, no 1. 992-1012.
- Bainton, Nicholas, Deanna Kemp, Eleonore Lèbre, John R. Owen e Greg Marston. 2021. The energy-extractives nexus and the just transition. *Sustainable Development* 29: 624–634. <https://doi.org/10.1002/sd.2163>
- Bayrak, Mucahid Mustafa; Mohammed Marafa. 2016. Ten Years of REDD+: A Critical Review of the Impact of REDD+ on Forest-Dependent Communities. *Sustainability* 8, no. 7. 620.
- Bäckstrand, Karin; Jonathan W. Kuyper, Björn-Ola Linnér e Eva Lövbrand. 2017. Non-state actors in global climate governance: from Copenhagen to Paris and beyond. *Environmental Politics*, 26:4. 561-579.
- Biermann, Frank. 2010. Beyond the intergovernmental regime: recent trends in global carbon governance. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, Volume 2, Issue 4. 284-288.
- Borras Jr., Saturnino, Ian Scoones, Amita Baviskar, Marc Edelman, Nancy Lee Peluso e Wendy Wolford. 2021. *Climate Change and Agrarian Struggles: An*

- Invitation to Contribute to a JPS Forum. *The Journal of Peasant Studies* 49, no. 1. 1-28.
- Candiotto, Luciano Zanetti Pessôa. 2021. Contribuições da ecologia política para a desconstrução de narrativas vinculadas a injustiças ambientais. *Geosul*, v. 36, no 78. 381-409.
- Chomba, Susan, Juliet Kariuki, Jens Lund, Fergus Sinclair. 2015. Roots of inequity: How the implementation of REDD+ reinforces past injustices. *Land Use Policy* no 50. 202-213
- Clapp, Jennifer. 1998. The Privatization of Global Environmental Governance: ISO 14000 and the Developing World. *Global Governance*. 295-316.
- Clark, Ann Marie, Elisabeth Friedman e Kathryn Hochstetler. 1998. The Sovereign Limits of Global Civil Society: A Comparison of NGO Participation in UN World Conferences on the Environment, Human Rights, and Women. *World Politics*, 51, no 1. 1-35.
- Clay, Nathan. 2023. Uneven resilience and everyday adaptation: making Rwanda's green revolution 'climate smart', *The Journal of Peasant Studies*, 50, no 1. 240-261.
- Climate Policy Initiative. 2024. Global Landscape of Climate Finance 2024: Insights for COP29. Disponível em: [www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/10/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2024.pdf](http://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/10/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2024.pdf). Acesso em: 20 de junho de 2025.
- Del Bene, Daniela, Arnim Scheidel, Leah Temper. 2018. More dams, more violence? A global analysis on resistances and repression around conflictive dams through co-produced knowledge. *Sustain Sci* no 13. 617-633.
- Dorsch, Marcel e Christian Flachslan. 2017. A Polycentric Approach to Global Climate Governance. *Global Environmental Politics* 17 no 2. 45-64.
- Ejatlas. 2022. Extração de lítio no salar do Uyuni In: Atlas of Environmental Justice. [ejatlas.org/conflict/extraccion-de-litio-en-el-salar-de-uyuni-bolivia](http://ejatlas.org/conflict/extraccion-de-litio-en-el-salar-de-uyuni-bolivia). Acesso em: 30 de maio de 2024.
- Ejatlas. 2023. Ancasti se mobiliza contra a mineração de lítio In: Atlas of Environmental Justice. [ejatlas.org/conflict/ancasti-se-mobiliza-contra-la-mineria-de-litio](http://ejatlas.org/conflict/ancasti-se-mobiliza-contra-la-mineria-de-litio). Acesso em: 30 de maio de 2024.
- Ejatlas. 2024a. Mineração de lítio no salar de Hombre Muerto. In: Atlas of Environmental Justice. [ejatlas.org/conflict/salar-del-hombre-muerto-litio-argentina](http://ejatlas.org/conflict/salar-del-hombre-muerto-litio-argentina). Acesso em: 30 de maio de 2024.



- Ejatlas. 2024b. Oposição à extração de lítio em Três Quebradas. In: Atlas of Environmental Justice. [ejatlas.org/conflict/oposicion-a-la-extraccion-de-litio-en-tres-quebradas-y-defensa-del-agua2](http://ejatlas.org/conflict/oposicion-a-la-extraccion-de-litio-en-tres-quebradas-y-defensa-del-agua2). Acesso em: 30 de maio de 2024.
- Ejatlas. 2024c. Mineração de lítio em Salinas Grandes. In: Atlas of Environmental Justice. [ejatlas.org/conflict/mineria-de-litio-en-salinas-grandes-argentina](http://ejatlas.org/conflict/mineria-de-litio-en-salinas-grandes-argentina). Acesso em: 30 de maio de 2024.
- Ejatlas, 2024d. Mineração de lítio no Salar de Atacama, Chile. In: Atlas of Environmental Justice. [ejatlas.org/conflict/mineria-de-litio-en-el-salar-de-atacama-chile](http://ejatlas.org/conflict/mineria-de-litio-en-el-salar-de-atacama-chile). Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.
- Espach, Ralph. 2009. Private Environmental Regimes as tools for global governance. In: Private Environmental Regimes in Developing Countries: globally sown, locally grown. 9-29.
- Galvin, Shaila e Diego Garzón. 2023. The Political Life of Mitigation: From Carbon Accounting to Agrarian Counter-Accounts. *The Journal of Peasant Studies* 50, no. 6. 2259–82.
- Global Reporting Initiative. Disponível em: [www.globalreporting.org/](http://www.globalreporting.org/). Acesso em: 10 mai. 2024.
- Gudynas, Eduardo. 2015. *Direitos da Natureza: Ética Biocêntrica e Políticas Ambientais*. 2015. Ed. Elefante.
- Hale, Thomas e Charles Roger. 2013. Orchestration and transnational climate governance. *Rev Int Organ* 9. 59–82.
- Hale, Thomas. 2016. “All Hands on Deck”: The Paris Agreement and Nonstate Climate Action. *Global Environmental Politics* 2016; 16 (3): 12–22.
- Hale, Thomas. 2020. Transnational Actors and Transnational Governance in Global Environmental Politics. *Annual Review of Political Science* 23:203–20.
- Hale, Thomas, Sander Chan, Angel Hsu, Andrew Clapper, Cynthia Elliott, Pedro Faria, Takeshi Kuramochi, Shannon McDaniel, Milimer Morgado, Mark Roelfsema, Mayra Santaella, Neelam Singh, Ian Tout, Chris Weber, Amy Weinfurter e Oscar Widerberg. 2021. Sub- and non-state climate action: a framework to assess progress, implementation and impact, *Climate Policy*, 21:3, 406-420.
- Hamman, Ralph. 2014. Patient dialogue between mining companies and communities is tougher and scarcer than imagined: a response to Hodge. *Journal of Cleaner Production* no 84. 35-36.

- Hernandez, Daniela Soto e Peter Newell. 2022. “Oro Blanco: Assembling Extractivism in the Lithium Triangle.” *The Journal of Peasant Studies* 49 (5): 945–68.
- Hsu, Angel, Andrew S. Moffat, Amy J. Weinfurter e Jason D. Schwartz. 2015. *Towards a New Climate Diplomacy*. *Nature Climate Change* 5: 501–503.
- Hund, Kirsten, Daniele La Porta, Thao Fabregas, Tim Laing e John Dexhage. 2020. *Minerals for climate action: the mineral intensity of the clean energy transition*. International Bank for Reconstruction and Development/ The World Bank. Disponível em: [pubdocs.worldbank.org/en/961711588875536384/Minerals-for-Climate-Action-The-Mineral-Intensity-of-the-Clean-Energy-Transition.pdf](https://pubdocs.worldbank.org/en/961711588875536384/Minerals-for-Climate-Action-The-Mineral-Intensity-of-the-Clean-Energy-Transition.pdf).
- Iamamoto, Sue Angélica Serra, Isabella Lamas e Vanessa Empinotti. 2020. Apresentação do dossiê: diálogos contemporâneos da ecologia política, contribuições desde a América Latina. *Revista de Ciências Sociais* 51, no. 2. 13-36.
- International Energy Agency (IEA). 2022. *The role of critical minerals in clean energy transitions: world energy outlook special report*. Disponível em: [iea.blob.core.windows.net/assets/ffd2a83b-8c30-4e9d-980a-52b6d9a86fdc/TheRoleofCriticalMineralsinCleanEnergyTransitions.pdf](https://iea.blob.core.windows.net/assets/ffd2a83b-8c30-4e9d-980a-52b6d9a86fdc/TheRoleofCriticalMineralsinCleanEnergyTransitions.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.
- Jerez, Bárbara, Ingrid Garcés, Robinson Torres. 2021. Lithium extractivism and water injustices in the Salar de Atacama, Chile: The colonial shadow of green electromobility. *Political Geography* 87 102382.
- Kuyper, Jonathan; Björn-Ola Linnér e Heike Schroeder. 2018. Non-state actors in hybrid global climate governance: justice, legitimacy, and effectiveness in a post-Paris era. *WIREs Clim Change*, 9:e497.
- McCauley, Darren e Raphael Heffron. 2018. Just transition: Integrating climate, energy and environmental justice, *Energy Policy*, Volume 119.
- Newell, Peter. 2008. The political economy of global environmental governance. *Review of International Studies*, v. 34, no 3. 507–529.
- Newell, Peter, Freddie Daley, Olga Mikheeva e Iva Peša. 2023. Mind the gap: The global governance of just transitions. *Global Policy*, 14, 425–437.
- Oberthür, Sebastian. 2016. *Reflections on Global Climate Politics Post Paris: Power, Interests and Polycentricity*, *The International Spectator*.

- Okereke, Chukwumerije, Harriet Bulkeley e Heike Schroeder. 2009. Conceptualizing Climate Governance Beyond the International Regime. *Global Environmental Politics* 2009; 9 (1): 58–78.
- Porto, Marcelo F. S; Renan Finamore, Hugo Ferreira. 2013. Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais* no 100.
- Science Based Targets Initiative. Disponível em: [sciencebasedtargets.org](http://sciencebasedtargets.org). Acesso em: 12 mai. 2024.
- Sklair, Leslie. 2019. The corporate capture of sustainable development and its transformation into a ‘good Anthropocene’ historical bloc. *Civitas*, v. 19, no 2. 296-314.
- Souza, Marcelo Lopes. 2019. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Sovacool, Benjamin. 2021. Who are the victims of low-carbon transitions? Towards a political ecology of climate change mitigation. *Energy Research & Social Science*, v 73.
- Sovacool, Benjamin; Björn-Ola Linnér. 2016. *The political economy of climate adaptation*. Palgrave Macmillan.
- Stock, Ryan. 2023. Power for the Plantationocene: solar parks as the colonial form of an energy plantation. *The Journal of Peasant Studies*, 50, no 1. 162-184.
- Svampa, Maristella e Breno Bringel. 2023. Del Consenso de los Commodities al Consenso de la Descarbonización. *Nueva Sociedad*, no 306. 52-70.
- Temper, Leah; Daniela Del Bene, Joan Martinez-Alier. 2015. Mapping the frontiers and front lines of global environmental justice: the EJAtlas. *Journal of Political Ecology*, v. 22, no 1. 255-278.
- Temper, Leah, Federeico Demaria, Arnim Scheidel, Daniela Del Bene e Joan Martinez-Alier. 2018. *The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): ecological distribution conflicts as forces for sustainability*. *Sustain Sci* no 13. 573–584.
- Temper, Leah, Sofia Avila, Daniela Del Bene, Jennifer Gobby, Nicolas Kosoy, Philippe Le Billon, Joan Martinez-Alier, Patricia Perkins, Brototi Roy, Arnim Scheidel e Mariana Walter. 2020. Movements shaping climate futures: A systematic mapping of protests against fossil fuel and low-carbon energy projects *Environ. Res. Lett.* 15.

UNFCCC. 2015a. Acordo de Paris. FCCC/CP/2015/L.9/Rev.1. Disponível em: [unfccc.int/sites/default/files/english\\_paris\\_agreement.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf). Acesso em: 30 de maio de 2024.

UNFCCC. 2015b. Draft decision CP.21. Adoption of the Paris Agreement. FCCC/CP/2015/L.9/Rev.1. Disponível em: [unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf](https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf). Acesso em: 30 de maio de 2024.

UNFCCC. 2024. Portal Ação Climática Global. Disponível em: [https://climateaction.unfccc.int/?\\_gl=1\\*\\_tim1gy\\*\\_ga\\*MTYyMTU5NjY1Ni4xNzE2NDc1MTUw\\*\\_ga\\_7ZZWT14N79\\*MTcxNzE4NDg5NS4zMi4wLjE3MTcxODQ4OTcuMC4wLjA](https://climateaction.unfccc.int/?_gl=1*_tim1gy*_ga*MTYyMTU5NjY1Ni4xNzE2NDc1MTUw*_ga_7ZZWT14N79*MTcxNzE4NDg5NS4zMi4wLjE3MTcxODQ4OTcuMC4wLjA). Acesso em: 30 de maio de 2024.

Vera, María; Walter Torres, Claudia Galil, Alexandre Chagnes e Victoria Flexer 2023. Environmental impact of direct lithium extraction from brines. *Nature Reviews Earth & Environment* 4, 149–165.